



A PROBLEMÁTICA SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DAS LÍNGUAS NACIONAIS NO SISTEMA ESCOLAR D'ANGOLA: UM CASO DE NEGLIGÊNCIA E DESVALORIZAÇÃO CULTURAL

THE PROBLEM ABOUT THE IMPLEMENTATION OF NATIONAL LANGUAGES IN ANGOLA'S SCHOOL SYSTEM: A CASE OF NEGLIGENCE AND CULTURAL DEVALUATION

Octavio Bengui José Hinda¹
Makosa Tomás David²
Justino Jorge José³

RESUMO

O colonialismo português em Angola trouxe grandes consequências irreparáveis, sobretudo no extermínio das línguas nacionais (David, 2023). Com o fim da colonização e a chegada da independência as línguas africanas foram colocadas em segundo plano ou mesmo em último lugar. Com o uso de uma abordagem qualitativa, baseada em análise bibliográfica e documental, o artigo examina a relação entre currículo, multiculturalismo e políticas educacionais em Angola, com foco na inclusão das línguas nacionais no sistema de ensino, ou seja, como o discurso político angolano justifica a exclusão das línguas nacionais, alegando obstáculos práticos, enquanto a hegemonia do português reforça a alienação cultural e a extinção progressiva dessas línguas. O multiculturalismo é apresentado como uma abordagem essencial para a construção de um currículo inclusivo, capaz de integrar as realidades culturais e linguísticas dos estudantes. A adoção de um currículo multicultural que valorize as línguas e culturas locais é essencial para combater a alienação cultural e promover um ensino equitativo. Os dados analisados mostram que as barreiras políticas e práticas, associadas à hegemonia do português, perpetuam a exclusão das línguas autóctones, mesmo estas sendo fundamentais para a identidade cultural e social de Angola.

PALAVRAS-CHAVE: Línguas. Multiculturalismo. Colonização. Hegemonia. Currículo.

ABSTRACT

Portuguese colonialism in Angola had major irreparable consequences, especially in the extermination of national languages (David, 2023). With the end of colonization and the arrival of independence, African languages were placed in second or even last place. Using a qualitative approach, based on bibliographical and documentary analysis, the article examines the relationship between curriculum, multiculturalism and educational policies in Angola, focusing on the inclusion of national languages in the education system or how Angolan political discourse justifies the exclusion of national languages, alleging practical obstacles, while the hegemony of Portuguese reinforces cultural alienation and the progressive extinction of these languages. Multiculturalism is presented as an essential approach to building an inclusive curriculum, capable of integrating students' cultural and linguistic realities. The adoption of a multicultural

¹ Discente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Graduado em Ensino de História pela Escola Superior Pedagógica de Bengo (Angola). E-mail: octaviobengui@gmail.com.

² Discente de graduação em Interdisciplinar em Linguagens e Códigos e suas Tecnologias. E-mail: davidmakosa929@gmail.com.

³ Discente de graduação em Interdisciplinar em Linguagens e Códigos e suas Tecnologias. E-mail: justinojorge21@gmail.com.



curriculum, which values local languages and cultures, is essential to combat cultural alienation and promote equitable education. The data analyzed shows that political and practical barriers, associated with the hegemony of Portuguese, perpetuate the exclusion of indigenous languages, even though these are fundamental to Angola's cultural and social identity.

KEYWORDS: Languages. Multiculturalism. Colonization. Hegemony. Curriculum.

1 INTRODUÇÃO

Angola em seu contexto sociolinguístico é um estado plurilíngue onde o português tem a maior porcentagem de falantes, isto é, de 71,15%, segundo o Instituto Nacional de Estatística (2014). A língua portuguesa em Angola é a língua oficial, Oliveira (2018) explica que a Língua Portuguesa foi um dos instrumentos de hierarquização, privilégio, silenciamento e isolamento (genocídio) das línguas bantu e não bantu em Angola.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (2014 *apud* Bernardo, 2017, p. 1):

Angola é um mosaico cultural complexo onde coabitam cerca de vinte línguas nacionais que lhe atribui características próprias de um país multilíngue. Para além do português, há várias línguas africanas, com destaque as do grupo Bantu, que circulam no território angolano. Dessas, as mais faladas são: Umbundo (22%); Kicongo (8%); Kimbundo (7%); Cokwe (6%); Nhaneka (3%); Nganguela (3%); Fiote (2%); Kwanhama (2%); Muhumbi (2%); Luvale (1%).

Figura 1: Grupo Etnicolinguístico de Angola



Fonte: Gabriel e José (2023).



A ilustração desse mapa é muito evidente, onde mostra algumas línguas bantu faladas nesse território e várias etnias que constituem o povo bantu. Embora tenha se implementado o processo de assimilacionismo, que foi uma política colonial bem arquitetada pelos invasores portugueses, que culminaria em “linguicídio” e “epistemicídio” da cultura e tradições do povo africano (Carneiro, 2005; Nascimento, 2019; David, 2023).

Umbundo é uma das línguas bantu falada pela etnia ovimbundu, compreende a região ou as províncias: Huambo, Bié, Benguela, é o povo com mais porcentagem de falantes nas línguas bantu em Angola com cerca de 22% segundo o Instituto Nacional de Estatística (2014).

Kimbundu é uma das línguas bantu falada pela etnia ambundu/kimbundu, compreende a região ou as províncias: Luanda, Bengo, Malanje, Kwanza Sul, Kwanza Norte e em uma pequena parte do Uíge, era a segunda língua bantu mais falada em Angola, segundo as pesquisas do Instituto Nacional de Estatística (2014 *apud* Bernardo 2017).

Kikongo é uma das línguas bantu falada pela etnia bakongo, compreende a região ou as províncias: Uíge, Zaire, uma parte pequena do Kwanza Norte e em outros países africanos, como: República Democrática do Kongo, Gabão, Kongo Brazzaville, ocupando segundo lugar nas línguas bantu mais faladas em Angola.

Cokwe é uma das línguas bantu falada pela etnia Cokwe, compreende a região ou províncias do leste de Angola, como: Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e uma pequena parte do Bié. Também encontramos em outros países africanos no extremo sudoeste da República Democrática do Kongo e no Noroeste da Zâmbia.

Ngangela é uma das línguas nacionais de Angola, falada pelas etnias: Luenas, Kangalas, Ambuilas, etc. Esta etnia encontra-se no leste a sudoeste de Angola, nas províncias, Moxico, Kuando-Kubango e uma pequena parte de Benguela.

A língua portuguesa foi um mecanismo de poder que até hoje nas escolas somente essa língua é ensinada. A negligência política é um dos principais fatores que coloca a política linguística angolana longe da realidade multilinguística d’Angola. A curricularização das línguas nacionais é uma das condições para se pensar em várias estratégias sobre a valorização dos saberes, já que as línguas são códigos culturais de um determinada povo. É importante que os estudantes aprendam as suas línguas, contribuindo assim para uma aprendizagem significativa.



2 A COLONIZAÇÃO LINGUÍSTICA NO SISTEMA EDUCACIONAL DE ANGOLA

Para os invasores portugueses era crucial a expansão da língua portuguesa em Angola, então, criou-se a política de assimilação. Essa política foi uma forma que o colonizador implementou o “linguicídio” e o “epistemicídio” do povo africano, a partir do processo da ocidentalização que consistiu na formação de uma hierarquia, entre os privilegiados e os não privilegiados, com objetivo de servirem todos os caprichos dos colonizadores, isso no período da ditadura Salazarista (1926-1975) (Augusto, 2016; Nascimento, 2016; David, 2023).

Mariani (2004, p. 19) explica que a colonização linguística “resulta de um acontecimento na trajetória de nações com línguas e memórias diferenciadas e sem contato [...]”. Continuando no mesmo pressuposto, para nós, é importante pontuarmos que, com a chegada dos invasores portugueses em Angola, início do século XV, 1482 a 1483, por sua vez, a língua portuguesa entrou em contato com as línguas bantu e não bantu daquele território. Esse contato linguístico entre os povos africanos e os europeus estabeleceu um choque cultural, porque se tratava de dois povos que tinham culturas e histórias muito diferentes.

Segundo Mariani (2003, p. 40), a colonização linguística é entendida como uma relação entre “a língua dominante e as línguas subjugadas, ou seja, as línguas dos povos sujeitos ao domínio, em contraposição à língua predominante ou à língua da colonização, que buscava impor-se sobre as línguas minoritárias”. Para os invasores portugueses era essencial impor a sua política de dominação e exploração através da linguagem entre os povos colonizados, Portugal criou políticas coloniais, incluindo decretos, cujo objetivo era obrigar o ensino da língua portuguesa em suas colônias, ao mesmo tempo, proibiam o uso das línguas locais desses povos.

O Decreto 6322 de 24 de dezembro de 1919 assegurava o ensino da língua portuguesa como uma obrigatoriedade para os povos colonizados e, simultaneamente, a proibição do ensino das línguas bantu e não bantu nesse território (Mariani, 2008). Implantando a política linguística, a língua portuguesa seria a única língua que poderia ser falada nesse território, onde todos os que falassem bem, o português, passariam a ter vários privilégios, em contrapartida, tinham que parar de falar as suas línguas locais.

O território angolano vivia um contexto sociolinguístico forçado pelos invasores portugueses. Com a estratégia da política linguística portuguesa, Angola se tornou um lugar próprio onde era evidente o aumento de vários falantes de língua portuguesa como a sua primeira língua



(L1). Continuando no mesmo raciocínio, os falantes que tinham o português como a primeira língua eram os filhos dos assimilados⁴, porque o contexto sociolinguístico dos familiares era muito diferente (os pais eram bilíngues, a maioria deles não tinha acesso à escola).

Desse modo, Portugal continua tendo a sua influência linguística no território angolano, isto é, no contexto político, econômico e cultural (Nye, 2004). Assim, atualmente a língua portuguesa, sendo ainda oficial nesse território, invisibiliza as línguas bantu e não bantu.

No artigo 19º da constituição da República de Angola é evidente a hegemonia que o português tem em relação às línguas nacionais de Angola, destacando que “a língua oficial da República de Angola é o português” (Angola, p. 09). Num país plurilíngue, o português europeu é a língua oficial e usada no sistema educacional, além de ser a única língua legítima usada em contextos administrativos, políticos, em comunicações sociais, no geral, em contextos públicos.

Depois da independência de Angola, a nova classe elitizada instalou a língua portuguesa como a única língua legítima dos angolanos. Com o uso exclusivo no sistema educacional de Angola, resultando em desuso das línguas nacionais nas escolas, ou seja, transformando a realidade multilíngue do país em uma realidade monolíngue que não condiz com o contexto sociolinguístico do território angolano.

Assim, as políticas linguísticas que a nova classe elitizada usa atualmente reflete ainda a posição humilhada que as línguas nacionais ocupam no sistema educacional angolano implantada pelos invasores portugueses no período colonial.

Bernardo e Severo (2018, p. 215) explicam que, “as políticas linguísticas adotadas pelo Estado espelham nos artigos o lugar que ocupam as línguas nacionais no sistema de educação e ensino, o que muitas vezes não dialoga com a realidade plurilíngue local”. Os invasores portugueses implementaram a política linguística para o linguicídio das línguas africanas, essa política que tinha como objetivo tornar o território angolano um espaço monolíngue.

A nova classe de elite em Angola tem contribuído muito para que não haja a implementação das línguas nacionais no sistema educacional de Angola, como afirma Sacalembe:

A política linguística executada no território angolano atualmente, organizada pela nova classe elitizada angolana, foi definida pelas mesmas razões coloniais, porém, com finalidades distintas. Com a oficialização da língua portuguesa – e não havendo nenhuma língua angolana com o mesmo estatuto oficial – o governo do pós-independência não valorizou a cultura nacional, reforçando o que veio com o invasor colonizador. Essa política linguística de caráter colonial desrespeitou as línguas nacionais a língua do povo

⁴ Eram pessoas que se autorizavam em aderir ao regime e valores culturais do colonizador.



ovimbundu, do povo kimbundo, dos ambundos, bem como de outros povos falantes das línguas maternas (2021, p.35).

Quem fala as línguas nacionais como, por exemplo, kikongo, kimbundu e umbundo, em determinados espaços públicos, pode não ser compreendido e ser chamado como “atrasado”. Eu, Justino Jorge José, um dos autores desse artigo, trago aqui a minha vivência como angolano da etnia bakongo para explicar como atualmente em Angola são vistas as pessoas que falam as línguas nacionais. Isso foi fruto da colonização que passamos pelos colonizadores portugueses durante quase 500 anos de escravidão.

Numa escola que se fala exclusivamente a língua portuguesa, quando se tem alunos que não sabem falar bem ou falar o português, esses alunos são olhados como estranhos devido às línguas nacionais que falam, em alguns casos, eles são isolados.

Em áreas como a capital de Angola, Luanda, é comum que estudantes, especialmente do primeiro ciclo e do ensino médio, tentem esconder ao máximo suas origens e etnias, incluindo nomes nas línguas tradicionais, para evitar bullying ou serem menosprezados por sua identidade e herança cultural.

3 POLÍTICA LINGUÍSTICA ANGOLANA LONGE DA REALIDADE MULTILINGUÍSTICA D'ANGOLA

Antes da invasão colonial, o processo educacional angolano refletia métodos que tinham como objetivo a ligação cultural e identidade da população angolana nas comunidades em que estavam, mas com a presença dos invasores foi obrigado a construção (visando os interesses dos portugueses) de um ensino que desrespeita a diversidade cultural e linguístico do povo (Miranda, 2022), um ensino que até hoje predomina em Angola.

A invasão colonial em Angola trouxe desordem, supressão, segregação e desvalorização das línguas angolanas. David e Nascimento (2023, p. 2) analisam que o monolinguismo português foi um dos principais motivos para o silenciamento e isolamento das línguas angolanas (Oliveira, 2018), cujo objetivo era apagar todos os elementos linguísticos sobre o povo.

Tudo isso devido à ideologia de superioridade e inferioridade que procura prevalecer os atos do povo branco. Essas pautas de superioridade e inferioridade são dois elementos criados pelo imaginário do homem branco para se remeterem à distinção entre colonizador e colonizado ou entre zona do ser e zona do não-ser (Fanon, 2008), quando foi/é questionada a humanidade do



homem negro. A ideia do humanismo é uma instituição branca no ocidente (Nascimento, 2019; 2023) e olhar esse imaginário branco, até os dias atuais, é ficar à espera de um reconhecimento ilusório a luz da aceitação do homem negro pelo povo branco, algo que coloca esse povo como os seres certos e corretos a serem seguidos, conforme é pautado dentro da sua invenção de padronização.

A humanidade do povo angolano, durante a invasão colonial, sempre foi questionada e colocada em uma zona do não-ser, uma zona de desumanidade criada pelo imaginário do colonialismo branco, ao contrário de zona do ser (Fanon, 2008; Nascimento, 2023, p. 3), onde são impostos toda a representação do homem branco e de sua brancura em que os símbolos da branquitude são universalmente considerados como padrão de humanidade.

Falar o português, ler e escrever, era uma das formas de se obter o estatuto de assimilado e viver à maneira do branco, como explica Augusto (2016). Os portugueses consideram as línguas d'Angola como não-língua, pois não entendiam e tudo que não fazia sentido no seu mundo europeu proibiam a sua utilização. E, do ponto de vista europeu e da colonialidade (Quijano, 2000; 2005), língua é toda comunicação proferida pela comunidade branca, por isso a ideologia sobre língua é uma invenção de poder do projeto colonial.

Com esse todo processo, após a independência e desde a década de 1980, o Estado angolano procurou criar leis que pudessem inserir línguas nacionais no processo de ensino e alfabetização, assim como é apresentado no Decreto nº 40 de 18 de novembro de 1985 (Miranda, 2022, p. 2):

a) estudar todas as Línguas Nacionais, iniciando pelas que têm maior representatividade numérica; b) estimular a preservação das Línguas Nacionais, a sua promoção e consequente valorização, no quadro da sua competência; c) contribuir para o esclarecimento da opinião pública quanto a importância e utilidade da investigação no domínio que lhe é próprio; (Estatuto Orgânico do Instituto de Línguas Nacionais, 1985, p.4).

A idealização da lei não materializada colocou a formação de profissionais e a inclusão das línguas nacionais fora do ensino. As políticas linguísticas construídas desde a emancipação, em Angola, favorecem a língua colonial e estão longe da realidade multilinguística angolana.

Implementar o ensino multilíngue no sistema educacional angolano é uma das formas de resistência e de manter as línguas nacionais vivas (Bernardo, 2017; Miranda, 2022) longe de toda influência colonial. Ao se fazer isso, não se pretende eliminar o ensino de língua portuguesa, pelo contrário, deve ser ensinado, mas um português que reflete a realidade linguística do país.



Fazer a inclusão e a valorização de todas as línguas nacionais que fazem parte do dia a dia dos estudantes seria uma ação muito forte da desalienação, libertação ideológica e uma forma de reforço de confiança identitária para nós, algo que até hoje a colonialidade está tirando. Essas línguas, ao se tornarem matérias de ensino, devem igualmente ser disciplinas independentes e meios de transmissão de conhecimentos e habilidades, como elas sempre são (Ndombele, 2017). Infelizmente, no âmbito da educação, essas línguas não têm sido incluídas dos tempos coloniais até hoje.

E isso faz com que, dentro dos contextos sociais/educacionais e através de todo processo colonial, as atitudes da população angolana sejam manifestadas por meio de preconceito linguístico ao tratar as línguas nacionais como tradicionais. Tudo isso devido à visão colonial ao considerar outras línguas como não-línguas, ou seja, que a deles é moderna/nova e a dos angolanos tradicional/antiga.

Fanon (2008) argumentava que, adotar a linguagem do colonizador era, na verdade, uma maneira de perpetuar a superioridade e a inferioridade enraizada nas ideias brancas de humanismo e colonialismo. Para ele, essa escolha linguística refletia uma submissão à visão dominante, onde expressar-se dessa forma significava se submeter inteiramente ao julgamento e à existência definidos pelo outro.

Olhar esse argumento, é pensar num contexto de colonialidade, em que falar a língua imposta por uma cultura dominante, implica se submeter à existência para o benefício do colonizador branco (Rosa; Flores, 2017).

Dessa forma, a língua portuguesa em Angola (mesmo que ainda não seja ensinada o português de Angola) assume todos os papéis funcionais da sociedade. Por exemplo, nas áreas urbanas o português é a língua materna da maioria das pessoas. Esse estigma foi um dos objetivos do colonizador, pois negar a sua identidade cultural e linguística foi um dos meios que os invasores ofereceram aos angolanos como forma de usufruírem de direitos e privilégios de serem brancos de cor preta (Sassuco, 2015; David, 2023). E como resultado, muitos passam, até hoje, a desprezar suas línguas nativas e a se opor às suas próprias culturas. Mas, essa identidade linguística representa um espaço de cultura do povo angolano.

A partir dessa construção colonial, Fanon (2008, p. 33 *apud*, Nascimento, 2023) observa que a experiência do negro é moldada por duas interações distintas, uma com pessoas de sua própria raça e outra com brancos. Ele se comporta de maneira diferente dependendo do contexto que se encontra. E isso é uma consequência da história colonial.





4 A PROBLEMÁTICA DA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO MULTICULTURAL/MULTILÍNGUE: UM CASO DE LINGUICÍDIO E EPISTEMICÍDIO

Embora exista, desde anos, o alfabeto e as normas de transcrição de línguas nacionais - kicongo, kimbundo, Tchokwe, umbundu e oxicuanhama –, somente em 2006 essas políticas nacionais foram implementadas e generalizadas em todos os subsistemas de ensino em Angola, mas como se observa, atualmente, a prática do ensino multilíngue não é uma realidade em Angola, assim como afirma Ndombele (2017).

Miranda (2022, p. 5) relata que a responsabilidade pela formação de professores na Huíla é dividida entre três instituições: o Magistério Primário do Nambambe, que se encarrega de formar professores para o ensino primário e secundário, abrangendo do primeiro ao sexto ano; a Escola de Formação de Professores, que capacita docentes para o primeiro ciclo, do sétimo ao nono ano; e a Instituição de Ensino Superior de Ciências da Educação, que prepara professores para diversas áreas do ensino médio e superior.

Ao analisar detalhadamente o currículo de cada uma dessas instituições, autora observa que, durante o processo de formação nos níveis de ensino mencionados, é obrigatório adquirir ou dominar pelo menos uma língua internacional (inglês ou francês). Isso garante que os profissionais em sala de aula tenham a capacidade mínima de trabalhar com esses idiomas. Por um lado, entende-se a preocupação do sistema educacional em internacionalizar seus estudantes, preparando-os para oportunidades de formação de maior qualidade no exterior, mas observa-se uma supervalorização do ocidente e de sua cultura, não apenas no ensino de línguas, que não garante a valorização das línguas angolanas.

A construção e o desenvolvimento da colonialidade linguística construídas pelas políticas linguísticas nessas instituições, reforçam a ideologia de linguicídio sobre as línguas angolanas, como forma de haver silenciamento e isolamento delas.

O linguicídio não se limita apenas ao isolamento e a morte da língua, mas também representam a morte identitária do falante. Assim como discute David (2023) ao trazer Carneiro (2005) e Nascimento (2023):

Quando discutimos o “linguicídio”, também estamos abordando o “epistemicídio”, e, ao usar o termo “genocídio” (Carneiro, 2005), estamos qualificando o ato de extinguir o conhecimento do outro. No contexto dos negros, esses três conceitos - genocídio, epistemicídio e linguicídio estão interligados, pois representam não apenas a morte física



das pessoas negras, mas também a extinção de seu conhecimento e de sua língua (Nascimento, 2023, p. 10).

Esse instrumento colonial causa uma ruptura profunda, ou seja, uma colisão entre a língua e seus falantes. Assim como reforça Sacalembé (2021, p. 7), a morte de um povo começa com o silenciamento de sua língua, pois quando a língua é extinta, a cultura e a própria nação são erradicadas. E essa herança de desvalorização continua em Angola, manifestado de forma extrema sobre a população angolana, é uma consequência direta do projeto de dominação historicamente implementado pelo colonizador. Desse lugar, o linguicídio, assim como epistemicídio, aplicado na área da educação (Carneiro, 2005) permite negligenciar, por parte das políticas linguísticas, a capacitação do ensino das culturas e línguas angolanas.

A implementação do ensino multilíngue é fundamental para a construção de uma África democrática que busca desenvolvimento econômico e cultural, valorização da vida imparcial e igualitária da comunidade, e, sobretudo, o respeito pelos direitos linguísticos como direitos humanos, conforme a Declaração de Harare (1997, Apud Miranda, 2022). No entanto, para isso, é necessário que o Governo e a Delegação da Educação trabalhem para incluir nos currículos educacionais angolanos aspectos da história, cultura e das diferentes línguas nacionais (Miranda, 2022).

A autora apresenta que uma das maneiras de incluir as línguas locais no ensino seria a criação de parcerias entre o Ministério da Educação e professores nativos das localidades escolares. Mas, a negligência do Governo, do Ministério, da Delegação da Educação e das instituições responsáveis pela formação de professores em desenvolver um currículo que incluía a diversidade cultural angolana atrasa a implementação do ensino multicultural e multilíngue, perpetuando os preconceitos gerados pela colonização do sistema educacional e das mentes angolanas. É essencial reconhecer que novas demandas surgem na sociedade e, consequentemente, na escola, exigindo o reconhecimento da diversidade e a inclusão daqueles que antes eram negligenciados e marginalizados. Atualmente, as comunidades ou países que passaram pela colonização começam a refletir e compreender, ainda que raramente discutidas no contexto acadêmico, o impacto das demandas socioculturais nos ambientes escolares e nas práticas pedagógicas.



5 CURRÍCULO E O MULTICULTURALISMO – UM CASO DE REFLEXÃO SOBRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS D'ANGOLA

Compreende-se que o currículo é advindo de política educacional orientada pelo Estado com finalidade de atender determinada demanda sociocultural e política.

Desde 1920 analisa-se que as compreensões acerca do currículo ultrapassavam a dimensão da planificação didática, e ainda longe, ou a margem dos marcos legais. O “hiato entre os planos curriculares e a sua aplicação” (Jackson, 1996, p. 9), mais tarde, passaram a ser atribuídas por vários adjetivos na abordagem sobre o currículo (Jackson, 1996).

As abordagens acerca dos tipos de currículos serviram para contrapor as ideologias tradicionais em que estavam revestidos (Macedo, 2006), principalmente o controle que os documentos e as instituições do Estado exerciam.

A ideia do currículo enquadra-se naquilo que propõe a escola como gerador de culturas devido aos vários sujeitos. Forquin (1993) aponta que é na didatização que o currículo se encarrega em contrapor as discriminações resultante da não praticidade da realidade apresentadas nos espaços escolares. Do ponto de vista da cultura, a concepção de currículo como prática daria conta daquilo que tem denominado da cultura escolar como um mundo social (Forquin, 1993, p. 167). Nesse sentido, o currículo seria um espaço-tempo de interação entre culturas (Macedo, 2006, p. 106).

A problemática em relação ao currículo e cultura é muito complicada, principalmente, devido as várias interpretações que advém dela. Primeiramente a orientação de um ensino voltada na agregação de práticas que abrangem a inclusão dos valores culturais é conseqüentemente um discurso multicultural (Banks, 1999), porque são vários aspectos que necessitam de dinamização educativas e sobretudo curriculares.

Somos a favor do reconhecimento da diversidade cultural para a compreensão de práticas pedagógicas que dinamizam conteúdos relacionados a realidade dos estudantes (Klein, 2010) deslegitimando ações que provocam o não cumprimento das pluralidades linguísticas dentro dos currículos institucionais de Angola.

A questão do multiculturalismo é compreendida como difusão de uma ideia e perspectiva que temos sobre mundo mediante as nossas mundividências (Malanchen, 2014). Então, engloba a garantia da inclusão de todos sem discriminação, ou seja, de poder se manifestar com base nas suas crenças e valores.



Segundo Moreira (2001) o multiculturalismo busca por intermédio do currículo e mediante o quotidiano escolar soluções para colmatar o discurso de superioridade de uns sobre outros, descaracterizando qualquer tentativa de elevação de inferioridade aos valores culturais de tantos outros. A compreensão da escola perpassa a perspectiva de um espaço de múltiplas diferenças culturais, é nessa nova ruptura que se propõe articular, ampliar ou desenvolver paradigmas que identifica com os valores apresentados no mundo escolar (Pérez Gómez, 1998)

Então, a escola desempenha o papel fundamental na transmissão de valores culturais e constitui um instrumento de valorização cultural (Forquin, 2000). É a partir do currículo que se constrói determinados valores que passam a ser necessários para formação de aptidões inculcadas pela escola durante o percurso escolar dos alunos, assim como observa Tyler (1978).

Desde sempre que a gestão e o assegurar das políticas curriculares têm sido controlados pelo Ministério da Educação mantendo intactos os objetivos ideológicos da elite política que assume a responsabilidade de gerir o país, com isso cria-se um tipo de modelo padrão que se quer para um cidadão, desrespeitando o princípio do multilinguismo e multiculturalismo que caracteriza Angola. Partindo do princípio que é preciso adequar a escola ao contexto cultural do país, visto que politicamente propala-se o discurso da diversidade linguística, a ideia primordial é que esse multilinguismo e multiculturalismo sejam representados em políticas educacionais voltadas ao currículo como forma de cada indivíduo poder se expressar na sua língua e cultura sem impedimento algum.

6 LUGAR DAS LÍNGUAS NACIONAIS: UMA IMPOSSIBILIDADE

A língua constitui o meio de comunicação entre os seres humanos (Tando e Nambua, 2024). Por isso, servem de principal meio para transmissão de valores, código, mensagem, aliás até é tida como marcador identitário de um determinado povo. Desde então, o discurso político de Angola se justificou na impossibilidade da implementação das línguas nacionais. Encarado como sendo o maior obstáculo (Ndombele; Timbane, 2020). Quando a multiplicidade linguística deveria ser motivo de regozijo devido a sua singularidade em termos culturais.

Em sociedades africanas, em particular angolana, as línguas exercem um papel fundamental das suas identidades (Chicumba, 2013) por isso as línguas foram instrumentos de resistência contra colonização, não foi em vão ao processo de contrapor glotofagia imposto pelo sistema colonial, mantendo-se intacta até na data presente. Para Fiorin e Margarida (2008, p. 9) “nas culturas da



África negra, a palavra é dotada de energia vital, tem o poder de manipular forças, é fonte de conhecimento”.

Outros sistemas de Reforma educativa registrado em Angola deixavam bem claro o papel do ensino todo ser feito ou ministrada em Língua Portuguesa. Mais tarde a Reforma educativa de 2001 evidenciou os mesmos pressupostos, apesar de algumas considerações concernentes a implementação de universo de sete línguas como projeto-piloto de experimentação, foram posteriormente recomendações moribundas, até a data atual nada se fez para seu progresso.

Nesta perspectiva, o processo de Reforma Educativa de 2001, teceu consideráveis orientações, através da Lei de Bases do Sistema Educativo (cf. acima), a realização de uma investigação que viabilizasse a palíngenesia (neste contexto refere-se ao surgimento) no sistema educativo das sete línguas mais faladas do país, a saber: Kimbundu, Umbundu, Kikongo, Cókwe, Nganguela e Oshykwanyama e, excepcionalmente Fyote (variante do kikongo da região insular de Cabinda). Desde 2005 que vem sendo ensaiada, faseadamente, a sua implementação em escolas experienciais para comprovar a sua eficácia, tendo como orientação a escolarização em língua de maior influência em cada região, (Inide, 2011, *apud* Chicumba, 2013, p. 6).

Porém, com avanço do uso da Língua Portuguesa que foi um instrumento de alienação e de subversão contra as Línguas nacionais autóctones, vão se dinamizando cada vez mais as extinções devido ao adiamento da implementação no currículo escolar angolano. Existe uma relação mais que intrínseca ou então podemos dizer de proximidade entre a línguas e a sociedade que ultrapassa na construção identitária do país, garantindo a união entre cidadãos que partilham mesmos traços culturais. (Tersa; Sebastião; Bento, 2010).

7 CONCLUSÃO

As escolas são principais meio que protagonizam a formação dos estudantes na sociedade e que impulsionam as relações interpessoais que visam na desenvoltura dos valores culturais, com isso incentivam na busca incansável do conhecimento, proporcionando uma construção identitária fortificada (Bezerra; Silva; Caldas, 2014).

As discussões de acadêmicos sobre implementação das línguas nacionais no currículo escolar é parte da preocupação virada no resgate e nas reivindicações com que façam parte das realidades escolares angolanas, visto que o maior receio se cinge no fato de várias interpretações deturbadadas advindas da relação em que o poder político tem sobre as culturas angolanas, adotando o modelo de neocolonialismo que é sobrepor as identidades de Angola em detrimento dos valores



civilizacionais português. Aliás, também está ligado a uma política de má-fé executada por quem tem o poder de decisão, sobretudo de planejar políticas educacionais.

Apesar de ter havido resistência na conservação das línguas nacionais por parte dos seus falantes, tem sido um exercício pouco estimulado pela escola. Embora, a escola desempenhe um papel importante na preservação e no aspecto heterogêneo que é característico das identidades culturais angolanas, sobretudo a dimensão multilinguístico do seu território (Mendonça; Sertão; Ferreira, 2020).

Há uma tripla cumplicidade entre o Governo, Ministério e as delegações que afeta a educação que é na lentidão do desenvolvimento de um currículo que atende com as particularidades linguísticas de Angola (Miranda, 2022). Visto que vão se espalhar as discriminações sobre as línguas nacionais, o não retrocesso permitiria nas destruições de viés deixado por uma herança histórica construída na época colonial.

REFERÊNCIAS

- ANGOLA. **Constituição da República de Angola**. Luanda: Assembleia Nacional, 2010.
- AUGUSTO, M. A. **Morfologia contrastiva entre português e kimbundu**: obstáculo e suas causas na escrita e ensino da língua portuguesa entre os kimbundu em Angola. São Paulo, 2016.
- BANKS, James. **An introduction to multicultural education**. Boston, Allyn and Bacon, 1999.
- BERNARDO, E. P. Norma e variação linguística: implicações no ensino da língua portuguesa em Angola. **Revista Internacional em Língua Portuguesa**. n. 32, 2017.
- BERNARDO, Ezequiel Pedro José; SEVERO, Cristine Gorski. **Políticas Linguísticas em Angola**: Sobre as Políticas Educativas In(ex)clusivas. *Revista da Abralín*. v. 17, n. 2, p. 210- 233, 2018.
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) -Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CHICUMBA, Mateus Segunda. **A educação bilingue em Angola e o lugar das línguas nacionais**. IV Colóquio Internacional de Doutorandos/as do CES, 6-7 dezembro, p.1-10, 2013.
- DAVID, M. T. As línguas angolanas: resistência e a comovisão do poder angolano no mundo. **Mandinga – Revista de Estudos Linguísticos**, Redenção-CE, v. 07, n. 02, p. 07-21, 2023.



DAVID, M. T.; SANTOS, G. N. dos. As influências das línguas bantu no português de Brasil: origens e trajetórias rumo ao Pretuguês. **Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos**, [S. l.], v. 4, n. 08, p. 137–148, 2023.

Estatuto Orgânico do Instituto de Línguas Nacionais **Decreto nº 40 de 18 de novembro de 1985**. Luanda: Imprensa Nacional, 1985.

FANON, F. **Pele Negra Mascara Branca**. Salvador: Edufba, 2008.

FIORIN, José; Petter, Margarida. **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. São Paulo, Contexto, 2008.

FORQUIN, J.C. **Escola e cultura**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre, Artes Médicas, 2000.

INIDE (Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação). **“Educação: Sete Línguas Nacionais Entram em Consolidação no Ensino este Ano**. Luanda, 2011.

JACKSON, Philip W. Conceptions of curriculum and curriculum specialists. In: JACKSON, Philip W. (org.) **Handbook of research on curriculum**. New York. Simon and Schuster MacMillan, 1996, p. 3-40.

KLEIN, Ligia Regina. Projeto: Formação do professor e pesquisador na EJA: Ênfase no letramento e alfabetização científica e tecnológica. Núcleo local: UFPR. **Cadernos de Fundamentos Teóricos Metodológicos de Letramento – Ensino-Aprendizagem**. Mimeo. Curitiba, 2010.

MACEDO, Elizabeth. Currículo: Política, Cultura E Poder. **Currículo sem Fronteiras**, v.6, n.2, pp.98-113, 2006.

MALANCHEN, Julia. **A Pedagogia Histórico-Crítica e o Currículo: para além do multiculturalismo das políticas curriculares nacionais**. 2014. (Doutorado), Programa De Pós-Graduação em Educação Escolar, Araraquara, 2014.

MARIANI, Bethania. **Colonização lingüística; línguas, política e religião**. Campinas: Pontes, 2004.

MARIANI, Bethania. Da colonização lingüística portuguesa à economia neoliberal: nações plurilíngües. **Gragoatá**, v. 13, n. 24, 30 jun. 2008.

MARIANI, Bethania. Políticas de colonização lingüística. **Letras**, Santa Maria, n. 27, p. 73-82, 2003.

MENEZES, L. C.; BOIO, J. A. G. Gêneros textuais e ensino: uma análise do livro didático de língua portuguesa do ensino secundário da 12ª classe de Angola. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 517-533, ago./dez. 2017.



MINGAS, Amélia A. **Interferência do Kimbundu no Português falado em Lwanda**. Luanda: Chá de Caxinde, 2000.

MIRANDA, Felizbela K. A. **Letramento e ensino de línguas nacionais na província da Huíla-angola**. XII COPENE 2022• Título sessão temática.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. A recente produção científica sobre currículo e Multiculturalismo no Brasil. (1995-2000): Avanços, desafios e tensões. **Revista Brasileira de Educação**, nº 18, 2001.

NASCIMENTO, G. JOSÉ, J.J. **Em defesa do Português de Angola, O Angolês**. Org. Fábio Araújo Oliveira, Gilce de Sousa Almeida e Ilmara Valois Bacelar Figueiredo Coutinho. – 1. Ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2023.

NASCIMENTO, G. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo/** Belo Horizonte, Letramento: 2019.

NASCIMENTO, Gabriel. A linguagem como zona do não-ser na vida de pessoas negras no sul global. **Gragoatá**, Niterói, v. 28, n. 60, e-53299, jan.-abr. 2023.

NASCIMENTO, Washington Santos. Políticas coloniais e sociedade angolana nas memórias e discursos do escritor Raul David. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 265-289, dez. 2016.

NDOMBELE, Eduardo David. Reflexão sobre as línguas nacionais no sistema de educação em Angola. RILP – **Revista Internacional em Língua Portuguesa** - nº 31, 2017.

NDOMBELE, Eduardo David; TIMBANE, Alexandre António. O ensino de língua portuguesa em angola: reflexões metodológicas em contexto multílingue. Fólio - **Revista de Letras**, v. 12, n. 1, 2020.

NYE, J. **Soft Power: the Means to Success in World politics**. New York: Public Affairs, 2004.

OLIVEIRA, Heloisa Tramontim de. Língua Portuguesa em Angola: silenciamentos, isolamentos e hierarquias. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) **REVISTA DA ABRALIN**, V. XVII, N. 2, 2018.

PEREZ GÓMEZ, Angel, *La cultura escolar en la sociedad neoliberal*. Madrid, Morata, 1998.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. **Journal of World Systems Research**. 2000.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005.

ROSA, Johathan; FLORES, Nelson. Unsettling race and language: Toward a raciolinguistic perspective. **Language in Society**, v. 46, n. 5, p. 621-647, 2017.



SACALEMBE, J. E. O silenciamento da língua nacional angolana Umbundu. In: VII Semana Universitária da Unilab/ II Encontro de Egressos-2020, 2021, São Francisco do Conde. **Anais da VII Semana Universitária** -, UNILAB, p. 1 - 16, 28 jun. 2021.

SASSUCO, Daniel Peres. Línguas atuais faladas em Angola: Entrevista com Daniel Sassuco. **Cadernos Textos de Debates**, NUER, n. 13, 2015.

TANDO, Wazeyi Eduardo T.; NAMBUA, Manuel. A Língua Portuguesa em Angola: Reflexão sobre o seu domínio no sistema de ensino e soft power. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.10. n.01. jan. 2024.

TERESA, Cristina; SEBASTIÃO, Joaquim; BENTO, Francisco. **Contributos para uma caracterização linguística do Luandense**. 2010. (Dissertação) Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas, 2010.

TYLER, Ralph W. **Princípios Básicos de Currículo e Ensino**. 5ed. Porto Alegre, Editora Globo, 1978.

Enviado em: 23/12/2024

Aceito em: 03/04/2025